

**9. PROGRAMA INTERMUNICIPAL PARA OS SACROMONTES:**

Sob proposta do **Sr. Vereador Miguel Bandeira** submete-se à deliberação do órgão executivo a elaboração do projeto do Programa Intermunicipal do Sacromontes, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 65º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.



Pelouros da Regeneração Urbana, Património,  
Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

A S de Setembro  
201002

#### **Proposta a reunião de Câmara**

**Assunto:** Programa Intermunicipal para os Sacromontes

O Programa Intermunicipal para os Sacromontes, sob o lema "*Dois territórios, uma paisagem*", proporcionam ao Monte da Falperra os desígnios consignados no quadro legal de ordenamento inerentes aos programas intermunicipais, nomeadamente, no que concerne à articulação de estratégias municipais dedicadas à defesa e salvaguarda de pessoas, bens e património; à garantia da qualidade ambiental; e à coordenação de investimentos em equipamentos, infraestruturas, redes de acesso e evacuação de pessoas, atividades turísticas, culturais e atividades complementares à floresta.

Cientes da importância e da extensão da presente área florestal, pontuada por imóveis de valor patrimonial de alto significado, designadamente, a qualificação da paisagem partilhada por ambos, os Municípios de Braga e Guimarães unem os seus esforços neste momento histórico de concertação de políticas e ações públicas tendentes à qualificação, defesa e promoção deste território. Neste sentido, a figura do Programa Intermunicipal oferece o instrumento mais adequado para a finalidade pretendida. Trata-se de cerca de 2500 ha de território, onde estão incluídas as freguesias e Uniões de freguesia de: Esporões, Nogueira, Fraião e Lamações, Espinho, Sobreposta e Pedralva, do concelho de Braga; e Sande S. Lourenço e Balazar, Longos, Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia e Briteiros Santo Estêvão e Donim, do concelho de Guimarães.

O Programa Intermunicipal dos Sacromontes, adiante designado como PISacromontes, expressa os seguintes princípios:

- O entendimento comum de que a paisagem (enquanto resultado da capacidade do homem em transformar o suporte físico da sua atividade) é determinante para a qualidade de vida da população e que a boa gestão do território não se compadece com limites administrativos sem expressão física;
- A premência na concertação e políticas e medidas de defesa das populações aos riscos inerentes a áreas tão extensas de floresta, como o risco de incêndio florestal, destruição do património cultural e edificado, constrangimentos no acesso e evacuação de pessoas e bens;

- A reabilitação do património edificado;
- A necessidade de enquadramento das atuais dinâmicas de ocupação do território, nomeadamente das oportunidades emergentes na área do turismo e lazer;
- A oportunidade para se encontrarem novas formas de ocupação e fruição compatíveis com a necessidade de defesa e salvaguarda do espaço, que possam inclusivamente incorporar novas oportunidades de desenvolvimento socioeconómico.

Materializando uma antiga aspiração de tratamento comum e partilhado de um lugar significativo para as suas gentes, Braga e Guimarães empenham-se na elaboração de um plano intermunicipal de salvaguarda da paisagem dos Sacromontes, dando corpo, pela primeira vez no país, a uma experiência de planeamento intermunicipal desta natureza.

O desenvolvimento de um **Programa Intermunicipal** (de Salvaguarda), mais do que a mera produção de um documento legal pelo que implica no derrube de limites meramente administrativos, na diluição de rivalidades ancestrais; e na anulação de antagonismos históricos, passa pela reafirmação do valor icónico dos sacro-lugares, estrategicamente posicionados no terreno, e aconchegados numa vasta envolvente florestal. O programa tem por ponto de partida a igreja de Santa Maria Madalena (monumento administrativamente partilhado pelos concelhos de Braga e Guimarães - e a montante, o reconhecimento do Bom Jesus do Monte como bem inscrito na lista de Património Mundial da UNESCO, na qualidade de Paisagem Cultural.

De forma a sinalizar esta iniciativa, e sob o lema “**dois territórios e uma paisagem**”, foi já amplamente anunciada na comunicação social esta intenção de elaboração do Programa **Intermunicipal**, articuladamente o seu lançamento conjunto em 25 de janeiro de 2017.

Todavia, a elaboração deste instrumento de gestão territorial de articulação intermunicipal pressupõe toda uma fase procedimental que exige, desde logo, a constituição de uma fase preliminar que prevê autorização Governamental devidamente enquadrada de parecer da CCDR-N, que se anexa. Considerando que se trata de uma situação excecional em razão de os municípios envolvidos, pese embora territorialmente contíguos, não se encontrarem integrados na mesma entidade intermunicipal (cf. resulta do previsto no art.º 61.º, n.º 2, al. b) do RJGT) o procedimento carece de autorização da Secretaria de Estado. Esta fase preliminar foi já cumprida, tendo sido solicitado o **parecer** em questão, **emitido em 19.06.2018, assim como a referida autorização por parte da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, através do Despacho n.º 12068/2018d, de 5 de Dezembro e publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 241, de 14 de dezembro de 2018,** documentos estes que se juntam, que constituem os Anexos II e III, respetivamente. Juntam-se, ainda, os Anexos IV, V e VI que se traduzem pela Carta de Ordenamento e pela Planta relativa à RAN, REN e linhas

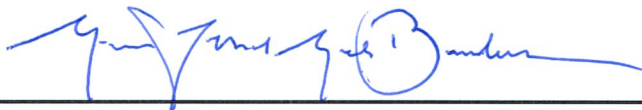
de água e pela Planta de servidões e restrições de utilidade pública, relativas aos bens patrimoniais arquitetónicos, arqueológicos e geológicos.

Uma vez superada esta fase preliminar do programa, compete a cada uma das Câmaras Municipais envolvidas deliberar sobre a sua elaboração, de acordo com o estabelecido no art.º 65.º, n.º 2, al. b) deste regime, atendendo à referida excecionalidade.

Neste sentido, e estreitamente articulado com o município de Guimarães, propõe-se a **submissão do presente projeto de elaboração do Programa Intermunicipal do Sacromontes à deliberação do órgão executivo do Município.**

Braga, 1 de outubro de 2020

O Vereador do Planeamento, do Património e da Regeneração Urbana



---

(Miguel Sopas de Melo Bandeira)